



**MINISTÉRIO DO TRABALHO**  
**CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO**  
**- CNIg -**

**- ATA -**  
**VI REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**  
**NACIONAL DE IMIGRAÇÃO**

**Dia: 08 de agosto de 2017**

**Brasília/DF**

**MINISTÉRIO DO TRABALHO**  
**CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO**  
**- CNIg -**

**Dia:** 08/08/2017

**Hora:** 09:00 às 18:00

**Local:** Sala de Reuniões Sala 433 – 4º andar – Edifício Sede – Ministério do Trabalho – Esplanada dos Ministérios – Bloco F – Brasília – Distrito Federal.

---

**ATA DA VI REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO**

1 Aos oito dias do mês de agosto de dois mil e dezessete, às nove horas, na Sala de Reuniões  
2 433, do Edifício Sede do Ministério do Trabalho, Esplanada dos Ministérios, Brasília, Distrito  
3 Federal, sob a presidência do **Sr. Hugo Medeiros Gallo da Silva**, teve início a Sexta Reunião  
4 Ordinária do Conselho Nacional de Imigração – CNIg. Expedida a convocatória a todos os  
5 membros, Titulares e Suplentes, estavam presentes os representantes do Poder Público e da  
6 Sociedade Civil: Sr. Rinaldo Gonçalves de Almeida, representante do Ministério do Trabalho  
7 (**MTb**); Sr. André Zaca Furquim, representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública  
8 (**MJSP**); Sr. Paulo Roberto Soares Pacheco, representante do Ministério das Relações  
9 Exteriores (**MRE**); Sr. Osório Vilela Filho, representante do Ministério da Agricultura,  
10 Pecuária e Abastecimento (**MAPA**); Sr. Bruno Pereira Rezende (**MS**); Sra. Edna de Souza  
11 Cesetti e o Sr. Alcebíades Gomes Pereira Júnior, representante do Ministério da Indústria,  
12 Comércio Exterior e Serviços (**MDIC**); Sr. Odilon dos Santos Braga, representante da Central  
13 dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (**CTB**); Sra. Clair Siobhan Ruppert (**CUT**), Sr.  
14 Elias Ferreira (**FS**); Sr. Edson Stefani (**UGT**); Sr. Karl Udo Heinrichs (**CSB**), Sra.  
15 Marjolaine Bernadette Julliard Tavares do Canto (**CNC**), Sr. Rodrigo Hugueneu do Amaral  
16 Mello (**CNA**); Sra. Kelly Dantas da Silva, representante da Confederação Nacional das  
17 Instituições Financeiras (**CNF**); Sra. Bela Feldman Bainco (**SBPC**). Dos Observadores: Sr.  
18 Thiago Lindopho Chaves, representante da Advocacia Geral da União (**AGU**); Sr. Paulo  
19 Sérgio de Almeida, representante do Alto Comissariado das Nações Unidas (**ACNUR**); Sr.  
20 Duval Magalhães Fernandes (**CNPd**); Sr. Fernando V. de Macedo (**MDS**); Sra. Cristiane  
21 Maria S. Lopes (**MPT**); Sra. Cláudia Giovannetti Pereira dos Anjos, representante do  
22 Ministério dos Direitos Humanos (**MDH**); Sr. Stéphane Rostiaux, representante da

23 Organização Internacional para as Migrações (**OIM**); Sr. Alexandre Rabelo Patury,  
24 representante da Polícia Federal (**PF**); Dos Servidores da Coordenação de Apoio ao Conselho  
25 Nacional de Imigração: Sr. Luiz Alberto Matos dos Santos; Sra. Alessandra Teixeira de  
26 Araujo; Sra. Ana Priscila Martins da Cruz e a Sra. Glenda Cristine Cruz Corrêa. E dos  
27 convidados: Sra. Rachael Anneliese Radhay, representante da Universidade de Brasília  
28 (**UnB**), Sr. Leonardo Cavalcanti, representante do Observatório das Migrações (**OBMigra**);  
29 Sr. Tadeu Oliveira, representante do Observatório das Migrações (**OBMigra**), Sra. Marília F.  
30 R. de Macedo, representante do Observatório das Migrações (**OBMigra**); Sra. Júlia  
31 Henriques Souza, estagiária da Defensoria Pública da União (**DPU**); Sr. Gaétan I. M.  
32 Spielmann Moura, representante do Ministério das Relações Exteriores (**MRE**); Sra. Priscila  
33 V. Strassburger, representante da Assessoria Multidisciplinar da Procuradoria Federal dos  
34 Direitos do Cidadão (**PFDC**); Sra. Pétalla B. Timo, representante da **Conectas Direitos**  
35 **Humanos**, e o Sr. Diego Lourenço Carvalho, representante da Agência Brasileira de  
36 Inteligência (**ABIN**). Justificadas as ausências: Isabel Christina Kelli, representante do  
37 Ministério do Turismo (**MTur**); Sra. Ir. Rosita Milesi, representante do Instituto Migrações e  
38 Diretos Humanos (**IMDH**); Sr. João Akira Omoto, representante do Ministério Público  
39 Federal (**MPF**). **ABERTURA: O Sr. Presidente Hugo Medeiros Gallo da Silva**, deu início  
40 a Sexta Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Imigração, agradecendo a presença de  
41 todos. Após a APROVAÇÃO da Ata da VI Reunião Ordinária, participou aos presentes que  
42 no dia 04 de agosto foi realizada atividade do Fórum de Participação Social e concedeu a  
43 palavra ao Sr. Luiz Alberto Matos dos Santos, Coordenador do Conselho Nacional de  
44 Imigração para relatar sobre a referida atividade. Com a palavra, o **Sr. Luiz Alberto Matos**  
45 **dos Santos (MTb)** informou que o primeiro grupo teve como objetivo discutir vistos e  
46 autorização de residência e explanou que foi uma oportunidade rica e com muitas  
47 contribuições permitindo que a sociedade civil se manifestasse nesse momento que está sendo  
48 construindo o decreto e que enquanto três grupos discutiam aspectos ligados a regulamentação  
49 da lei, o quarto grupo discutia aspectos ligados ao fórum global de migrações, o que possibilitou  
50 também, a participação da sociedade civil para este momento em que o Brasil teria que se  
51 posicionar diante do pacto global de migrações. De posse da palavra, a **Sra. Clair Siobhan**  
52 **Ruppert (CUT)** reforçou a ideia da possibilidade de outras oportunidades de discussões sobre  
53 a regulamentação com a sociedade. Destacou que a atividade do grupo 2 concentrou-se na  
54 promoção da igualdade entre os imigrantes e os nacionais no que se refere à garantia de  
55 direitos. Fez o registro de outros assuntos que foram discutidos exaustivamente, como o veto  
56 Presidencial, que retirou a definição do imigrante da lei, formas mais simplificadas de

57 comprovação de endereço, limitação do tempo de permanência nas áreas de fiscalização dos  
58 aeroportos, o pleno acesso a aquisição da língua portuguesa, entre outras temáticas, com o  
59 objetivo de facilitar os processos para o imigrante no País. Com a palavra, o **Sr. Duval**  
60 **Magalhães Fernandes (CNPD)** saudou a todos e relatou que no grupo 3 o foco principal foi  
61 a discussão dos artigos 114 e 120. Tratou-se da maior participação da sociedade nas questões  
62 da política migratória. Houve consenso no que diz respeito ao Fórum de Participação Social  
63 como o principal canal para esse envolvimento. Com relação à questão política foi destacada a  
64 necessidade de uma participação mais ampla, inclusive dos Estados e Municípios. Nesse caso,  
65 deveriam ser considerados os que tivessem um maior número de imigrantes ou alguma  
66 especificidade, tal como estar situado em fronteira, como no caso de Roraima. Destacou a  
67 necessidade de um compromisso, em que os entes públicos pudessem gerar recursos  
68 direcionados às áreas de imigração. De posse da palavra, a **Sra. Bela Feldman Bianco**  
69 **(SBPC)** cumprimentou a todos e destacou que o Brasil foi o primeiro a discutir a questão do  
70 pacto global com a sociedade civil, e que houve a tentativa em todo o tempo de desconstrução  
71 dos termos que se usam com relação à imigração. Ressaltou a importância da inter-relação  
72 entre políticas locais, das cidades, com as nacionais e as globais, comungando com a  
73 discussão do grupo 3. Destacou que o CNIg e a Coordenação de Políticas Imigrantes da  
74 cidade de São Paulo são sempre vistos como referência com relação às políticas migratórias.  
75 Colocou outras temáticas como campanhas contra discriminação e xenofobia, a necessidade  
76 da diferenciação entre imigração e tráfico de pessoas e sempre a tendência de não criminalizar  
77 a imigração. Com a palavra, o **Sr. Stéphane Rostiaux (OIM)** agradeceu os esforços do CNIg  
78 e da sociedade civil pelo fundamental debate sobre o tema dos imigrantes. A **Sra. Bela**  
79 **Feldman Bianco (SBPC)**, de posse da palavra, salientou que o grupo trabalhou bem,  
80 expressando seu agradecimento. De posse da palavra o **Sr. Presidente Hugo Medeiros Gallo**  
81 **da Silva** comungou com a Sra. Bela e ressaltou a importância do Conselho Nacional de  
82 Imigração nesse processo. Fez o registro do bom andamento do grupo de trabalho do  
83 Ministério do Trabalho. Destacou que tem contribuído com o grupo do Ministério da Justiça,  
84 este que possui uma abrangência maior. Entretanto, em termos de política migratória,  
85 procedimento, segurança jurídica e por primar pela continuidade dos processos de trabalho,  
86 ressaltou a importância do seu grupo de trabalho nesse sentido, que vem demonstrando a  
87 necessidade de proporcionar uma segurança jurídica dentro desse processo de  
88 regulamentação. Informou que, a despeito de ser um processo bastante exaustivo em razão da  
89 sua complexidade, será apresentada aos Conselheiros, no final de agosto, uma consolidação  
90 de todas as propostas que foram discutidas. Concedeu a palavra à **Sra. Edna de Souza**

91 **Cesetti (MDIC)**. Disse que houve reuniões internas no MDIC com áreas que tratam dos  
92 temas de registro mercantil e investimento, salientando que, em razão da amplitude da Lei, o  
93 trabalho no Decreto também é delimitar e definir papéis de governança do Estado. Ressaltou,  
94 assim, a importância de o Estado, diante da necessidade de melhorar processos, não perder a  
95 capacidade de controle e gestão em determinados assuntos, como a imigração. Destacou a  
96 necessidade de uma estrutura no Governo com condições de resposta imediata à sociedade  
97 quando ocorrer a “virada da chave” da nova Lei. Acrescentou que, havendo a alteração do  
98 Decreto, deverão ocorrer mudanças nas Resoluções. Discorreu que a maior dificuldade no  
99 debate, portanto, é a delimitação do Decreto sem engessá-lo, transparecendo segurança  
100 jurídica aos investidores. De posse da palavra, a **Sra. Marjolaine Bernadette Julliard**  
101 **Tavares do Canto (CNC)** comungou com as afirmações da Sra. Edna de Souza Cesetti e  
102 indagou sobre a disponibilização aos Conselheiros da sistematização de todas as reuniões,  
103 tendo em vista a diversidade de temáticas debatidas nos grupos de trabalho. Defendeu a  
104 continuidade do Conselho Nacional de Imigração e a disposição para a realização de parcerias  
105 com os que buscam o mesmo objetivo. Com a palavra, o **Sr. André Zaca Furquim (MJSP)**  
106 também concordou com as palavras da Conselheira Edna e destacou que tem se buscado um  
107 consenso na avaliação da redação proposta para o Decreto. Informou que o Conselho já  
108 participou de uma reunião prévia na Casa Civil e que há uma séria discussão a respeito dos  
109 limites de atribuições, mas acredita que a essência do Conselho será preservada. Disse que  
110 quando for levada a minuta resultante de toda a discussão para a Casa Civil, acredita que seja  
111 a oportunidade para que se chegue numa redação que atenda aos interesses de todos e que não  
112 gere riscos para o Brasil. O **Sr. Presidente Hugo Medeiros Gallo da Silva**, como Presidente  
113 do Conselho, defendeu sua visão de futuro em relação ao País, argumentando que, respeitadas  
114 as competências dos órgãos, deve ser observada uma ampla política migratória estratégica  
115 para o desenvolvimento nacional, que não pode estar atrelada unicamente a questão laboral.  
116 Mencionou que não deve ser priorizada a discussão a respeito da competência do CNIg, mas a  
117 compreensão de que o Conselho Nacional de Imigração assume sua forma de estruturação,  
118 atuação. É ela que possibilita todos esses benefícios que o Brasil vem obtendo na área  
119 migratória. De posse da palavra, o **Sr. Rinaldo Gonçalves de Almeida (MTb)**  
120 cumprimentou a todos e expôs a sua opinião a respeito do cenário atual do Conselho. Disse  
121 que estão caminhando para a extinção do diálogo social na questão migratória. Isso porque o  
122 fato de as questões que vinham sendo disciplinadas a partir do diálogo social estarem sendo  
123 substituídas por atos conjuntos de Ministérios, abarrotados de demandas, poderá levar o grupo  
124 a sempre estar resolvendo demandas urgentes, perdendo o foco do processo. Destacou que é

125 positivo fato de membros permanecerem por vários anos no Conselho, pois existe um  
126 aprofundamento do conhecimento técnico, podendo vislumbrar com antecedência a  
127 possibilidade de tais incêndios. Discorreu sobre a particularidade do CNIg ante outros  
128 Conselhos, destacando a necessidade de divulgação das suas experiências exitosas, visando a  
129 manutenção do Conselho. A **Sra. Bela Feldman Bianco (SBPC)**, contribuindo com a  
130 discussão, destacou a necessidade de se manter o fórum permanente com a participação da  
131 sociedade civil. Destacou a Moção 21, levada pelo grupo de trabalho 1, pela qual os subsídios  
132 enviados pela sociedade civil sejam devolvidos antes da publicação da minuta, e que o texto  
133 principal seja debatido em audiência pública, ao menos nos três maiores pólos migratórios do  
134 País. A **Sra. Marjolaine Bernadette Julliard Tavares do Canto (CNC)**, de posse da  
135 palavra, comungou com o entendimento do Sr. Rinaldo, destacando a importância da  
136 legitimidade presente no Conselho, em razão da participação de outros setores, além do  
137 Estado, no processo. Com a palavra, o **Sr. Alexandre Rabelo Patury (PF)** saudou a todos e  
138 destacou a preocupação diante de eventual criação de um outro órgão. Ressaltou a  
139 possibilidade de que não possua uma composição tão eclética como o Conselho, com  
140 respostas rápidas aos órgãos de execução de todo o processo. Disse que não há outro órgão  
141 que tenha essa complexidade, essa composição que o faz compartilhar responsabilidade e ser  
142 forte nas decisões. Salientou que com a decisão a respeito da gratuidade, está com grande  
143 expectativa de que os imigrantes finalmente parem de solicitar o refúgio e passem a pedir o  
144 registro. De posse da palavra, a **Sra. Lídia Miranda de Lima (MCTI)** defendeu que os  
145 colegiados federais têm competência normativa com força de lei, e que não há dependência do  
146 Congresso Nacional para dizer o que pode e o que não pode ser feito, nas questões específicas  
147 daquele colegiado. Ressaltou a importância do Conselho, esperando que seja mantido, a fim  
148 de auxiliar o País a enfrentar os novos desafios migratórios. Com a palavra, o **Sr. André**  
149 **Zaca Furquim (MJSP)** respondeu ao apontamento destacado pela Sra. Bela, sugerindo que o  
150 CNIg, formalmente, questione a Casa Civil como será feita a consulta pública, com a minuta  
151 já produzida. Destacou que a dúvida em relação à discussão se deu em razão de o debate ter  
152 sido trazido pela nova lei, pelo fato de não ter descrito com detalhes o CNIg, se este vai  
153 continuar dispondo sobre tudo ou apenas a respeito de migração laboral. Defendeu que a  
154 questão precisa ser resolvida, evitando-se assim um desgaste desnecessário. Informou sobre a  
155 existência de um acórdão do TCU a ser publicado, o qual critica os excessos. Entretanto, disse  
156 o Sr. André, o CNIg sempre foi protagonista nas questões da imigração, enquanto os  
157 Ministérios permaneciam inertes. Ressaltou que o que se discute no acórdão é se a política  
158 imigratória no Brasil tem que ser feita pelo CNIg ou se deveria haver um outro ambiente para

159 discutir a temática. Lembrou que as divergências de redação estão em capítulo que diz  
160 respeito à emissão de vistos, e que não se chegou ainda no capítulo que trata de residência. De  
161 posse da palavra, o **Sr. Rinaldo Gonçalves de Almeida (MTb)** ressaltou a enorme admiração  
162 que possui pela participação do Ministério da Justiça nesses últimos encontros. Reconheceu e  
163 importância das posições técnicas debatidas. Mencionou dois eventos do quais participou,  
164 destacando o do Banco Mundial, realizado no Nepal. Disse que as pessoas se impressionavam  
165 com informação sobre a agilidade com que o CNIg tratava de determinados assuntos, e um  
166 certo consenso era o que diferenciava o Conselho brasileiro. Não importava se o Conselho  
167 estava dentro do Ministério do Trabalho, na Presidência, ou se era um órgão próprio. O **Sr.**  
168 **Presidente Hugo Medeiros Gallo da Silva** fez alguns esclarecimentos. Com relação ao  
169 TCU, disse que conversou com o assessor do Ministro Nardes, que é o relator. Expôs as  
170 imperfeições constantes nos apontamentos, defendendo uma análise contextual, não  
171 meramente literal da lei. Mencionou ainda a possibilidade de reunião com o TCU para debater  
172 e prestar esclarecimentos sobre a regulamentação. Sobre a audiência pública, destacou que,  
173 em reunião com a a Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais –  
174 SAG, o representante informou que o Conselho existiria dentro da nova regulamentação e que  
175 as resoluções do Conselho precisariam ser adaptadas. Salientou que o Conselho deve  
176 trabalhar para que se concretize, e deixou o encaminhamento para a consolidação dessa  
177 proposta, enfatizando a sugestão da sociedade civil de fazer essas audiências públicas. A **Sra.**  
178 **Cristiane Maria S. Lopes (MPT)** pediu a palavra e salientou a importância da continuação  
179 do debate antes que seja oferecida a regulamentação. Requereu o acesso prévio à matéria da  
180 regulamentação e destacou a importância da participação social na questão da imigração.  
181 Informou que havia uma lei antidemocrática, a 8.615, que foi modelada pelo CNIg. Hoje há  
182 uma lei teoricamente democrática, entretanto repleta, apenas, de promessas. A **Sra. Cláudia**  
183 **Giovannetti Pereira dos Anjos (MDH)** enalteceu a perspectiva de Direitos Humanos da  
184 nova Lei de Migrações e ressaltou a importância de que a regulamentação da Lei preserve  
185 esse caráter. Nesse sentido, informou o interesse e a disponibilidade do MDH para colaborar  
186 ativamente com as atividades redacionais que estão sendo conduzidas no âmbito dos Grupos  
187 de Trabalho mencionados. O **Sr. Presidente Hugo Medeiros Gallo da Silva** comungou com  
188 o entendimento exposto. Com a palavra, a **Sra. Bela Feldman Bianco (SBPC)** pontuou que,  
189 neste momento, em que o Pacto Global da ONU se dispôs a ouvir a sociedade civil, eles  
190 foram impedidos no Brasil. De posse da palavra, a **Sra. Marjolaine Bernadette Julliard**  
191 **Tavares do Canto (CNC)** mencionou um artigo seu publicado pela UnB sobre a evolução e a  
192 importância do Conselho Nacional de Imigração. Disse que o CNIg foi uma válvula de escape

193 inteligente, que salvou a questão da migração no Brasil, e que essa inteligência deve ser  
194 mantida hoje, devendo-se aproveitar esse momento. Com a palavra, o **Sr. Odilon dos Santos**  
195 **Braga (CTB)** se direcionou aos trabalhadores, reforçando sobre a importância do CNIg e  
196 Lembrou que muitas decisões que deveriam ser tomadas pelo Estado foram remetidas ao  
197 Conselho, mencionando o caso Cesare Battisti. Pontuou as questões da gestão do Estado e a  
198 segurança jurídica mencionada anteriormente. Fez o registro de que um homem próximo ao  
199 Governo, chamado Moreira Franco, possui uma visão equivocada do Conselho e incentiva o  
200 seu fim. Por isso, disse ele, é importante que os membros do Conselho, quando lá estejam,  
201 falem da sua atividade e da sua importância para o País. O **Sr. Presidente Hugo Medeiros**  
202 **Gallo da Silva** determinou que se prosseguisse com a agenda. Ressaltou a impossibilidade da  
203 apresentação da Secretaria de Economia Solidária. Passou a palavra ao Sr. Alexandre Rabelo  
204 Patury para esclarecer sobre a decisão liminar. Com a palavra o **Sr. Alexandre Rabelo**  
205 **Patury (PF)** informou que houve uma grande movimentação de venezuelanos em Boa Vista e  
206 a AGU encaminhou, na sexta-feira, um ofício com força executória para todos os estados.  
207 Então hoje já se pode fazer a solicitação com a isenção de taxas, desde que o estrangeiro  
208 mencione que é hipossuficiente. Registrou a dificuldade com relação à legalização e à  
209 tradução juramentada das certidões de nascimento ou casamento dos venezuelanos, vez que  
210 entram sem passaporte e a identidade não possui filiação. Informou que indagou à DPU sobre  
211 a dispensa da tradução e da discussão da legalização junto ao Itamaraty, como houve em favor  
212 dos haitianos. O **Sr. Presidente Hugo Medeiros Gallo da Silva** destacou a questão da  
213 pesquisa que está sendo feita em Boa Vista e Manaus. Informou que tal pesquisa está sendo  
214 coordenada pelo OBMigra. Disse que os recursos foram viabilizados pelo ACNUR, dada a  
215 impossibilidade do Conselho. Concedeu a palavra ao Sr. Leonardo Cavalcanti para apresentar  
216 o status atual e a perspectiva com relação à pesquisa em questão. Com a palavra, o **Sr.**  
217 **Leonardo Cavalcanti (OBMigra)** ressaltou que a pesquisa já foi discutida no CNIg,  
218 inclusive as suas variáveis. Destacou que tiveram acesso à base de dados do CONARE. Disse  
219 que o seu papel no observatório foi de ajudar no desenho metodológico, mas todo o trabalho  
220 de execução foi financiado totalmente pelo ACNUR, e está sendo executado pela  
221 Universidade Federal de Roraima. O **Sr. Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira (OBMigra)**  
222 recapitulou a discussão perpetrada em outra reunião, ressaltando que no momento em que foi  
223 desenhada a pesquisa, não havia uma variável a fim de ancorar a amostra. Utilizou-se, então,  
224 critérios de avaliação e o cadastro foi passado pela Federal, e daí foi redesenhada a amostra,  
225 uma amostra probabilística, estratificada por idade e sexo. Com uma amostra de 650  
226 entrevistas, foi realizado um pré-teste desse questionário em Roraima. Algumas perguntas



227 foram descartadas, restando 53. O questionário está sendo aplicado e a expectativa é que na  
228 próxima semana a pesquisa esteja construída. Informou que essa é a pesquisa quantitativa que  
229 é feita por não indígena. Disse que a pesquisa qualitativa está sendo coordenada pela  
230 Professora Elaine Moreira, uma antropóloga e a Júlia Camargo, da área de relações  
231 internacionais, que possui contato com as comunidades indígenas. São previstos 20  
232 questionários, sendo 15 em Boa Vista e 5 em Pacaraima. Mencionou que há também uma  
233 perspectiva interessante com relação aos indígenas, especialmente com a questão da liderança  
234 e da organização. Acrescentou que o outro líder que ficou em Boa Vista, tem a possibilidade  
235 de trazer mais 150 pessoas, mas o abrigo não está comportando. Defendeu que tem que haver  
236 uma compreensão do fenômeno que está ocorrendo, porque aparentemente estão reproduzindo  
237 a mobilidade que tinham na Venezuela aqui no Brasil, podendo trazer implicações. O **Sr.**  
238 **Leonardo Cavalcanti (OBMigra)**, de posse da palavra, destacou que a intenção é levar os  
239 dados qualitativos e quantitativos para que outros pesquisadores também tenham acesso a esse  
240 material. Salientou que a ideia é fazer a coleta do material, e apresentar os dados  
241 primeiramente ao Conselho e, depois, proporcionar difusão ao máximo desse conhecimento.  
242 Por fim, agradeceu a colaboração da ACNUR. O Sr. Hugo Medeiros Gallo da Silva passou a  
243 palavra ao representante da ACNUR, **Sr. Paulo Sérgio de Almeida (ACNUR)**, que  
244 parabenizou o CNIg, o OBMigra e a Universidade Federal de Roraima pela realização da  
245 pesquisa. Ressaltou que é algo extremamente importante para todos aqueles que atuam com o  
246 tema da imigração e do refúgio, tendo em vista que esse tema da migração de venezuelanos  
247 hoje constitui, talvez, o maior desafio em termos de chegada de pessoas ao território  
248 brasileiro. Esclareceu que o ACNUR tem atuado em parceria com a Polícia Federal no sentido  
249 de simplificar e apoiar as ações que permitem o registro dessas pessoas em território  
250 brasileiro. Informou sobre a constituição de um centro de referência que estará situado na  
251 Universidade Federal de Roraima, com o objetivo de auxiliar os estrangeiros. Ressaltou que a  
252 situação é muito difícil, devido a quantidade de venezuelanos em Roraima. Mencionou a  
253 existência de abrigos como o situado em Boa Vista, o qual está passando por melhoramentos  
254 para recebê-los. Destacou a importância da pesquisa, tendo em vista que é a primeira vez que  
255 haverá dados, informações mais concretas em relação à presença venezuelana no território  
256 brasileiro. De posse da palavra, o **Sr. Stéphane Rostiaux (OIM)** complementou que a OIM  
257 está, juntamente com a ACNUR, à frente da pesquisa e que há também os colegiados da  
258 Saúde, da PMA e da UNICEF empenhados nesse trabalho. Disse que o processo está lento,  
259 mas que estão unidos nesse projeto. Por fim, destacou que a ONU está trabalhando com a  
260 coordenação para tentar dar o apoio necessário às autoridades.

261 **RELATO DOS PROCESSOS:**

262 **1)** Relator: **MTb**; Processo: **46094.000152/2017-68**; Nome do estrangeiro: Patrícia Aggenang  
263 e outros; País: Gana; Chamante: Defensoria Pública da União; UF: SP; Tipo de Visto:  
264 Permanência Definitiva; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO,  
265 acompanhando o voto do Relator. **2)** Relator: **MJ**; Processo: **46094.000135/2017-21**; Nome  
266 do estrangeiro: Hussam Hamamieh Al Shaar; País: Síria; Chamante: Hussam Hamamieh Al  
267 Shaar; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo  
268 INDEFERIMENTO, acompanhando o voto do Relator. **3)** Relator: **MJ**; Processo:  
269 **46094.000137/2017-10**; Nome do estrangeiro: Ibrahim Hamamia Chaar; País: Síria;  
270 Chamante: Ibrahim Hamamia Chaar; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O  
271 Plenário decidiu, por consenso, pelo INDEFERIMENTO, acompanhando o voto do Relator.  
272 **4)** Relator: **MJ**; Processo: **46094.000038/2017-38**; Nome do estrangeiro: Christophe Pierre  
273 Dominique Ourliac e Dependente(s); País: França; Chamante: Christophe Pierre Dominique  
274 Ourliac; UF: SP; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O Plenário decidiu, por  
275 consenso, pelo DEFERIMENTO CONDICIONADO, acompanhando o voto do Relator. **5)**  
276 Relator: **MJ**; Processo: **46094.000134/2017-86**; Nome do estrangeiro: Ahmad Al Khatib;  
277 País: Síria; Chamante: Ahmad Al Khatib; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O  
278 Plenário decidiu, por consenso, pelo INDEFERIMENTO, acompanhando o voto do Relator.  
279 **6)** Relator: **MRE**; Processo: **46094.000139/2017-17**; Nome do estrangeiro: Neil Mc Connon -  
280 Outros; País: Inglaterra; Chamante: NOS 3 Produções Ltda; UF: RJ; Tipo de Visto:  
281 Temporário; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pela MANUTENÇÃO DO  
282 INDEFERIMENTO, acompanhando o voto do Relator; **7)** Relator: **MRE**; Processo:  
283 **46094.000121/2017-15**; Nome do estrangeiro: Dirk Van Voorst e Dependente(s); País:  
284 Holanda; Chamante: Obras Sociais Água Viva; UF: MG; Tipo de Visto: Permanente;  
285 Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO, acompanhando o voto do  
286 Relator; **8)** Relator: **MRE**; Processo: **46094.000117/2017-49**; Nome do estrangeiro: Mouna  
287 Alaoui M Darheri; País: Marrocos; Chamante: Mouna Alaoui M Darheri; UF: DF; Tipo de  
288 Visto: Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo INDEFERIMENTO,  
289 acompanhando o voto do Relator; **9)** Relator: **MS**; Processo: **46094.000035/2017-02**; Nome  
290 do estrangeiro: Naghma Nisa; País: Paquistão; Chamante: Qadeer Hussain; UF: DF; Tipo de  
291 Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo  
292 INDEFERIMENTO, acompanhando o voto do Relator; **10)** Relator: **MS**; Processo:  
293 **46094.000009/2017-76**; Nome do estrangeiro: Yoan Manuel Arce Regalado; País: Cuba;

294 Chamante: Yoan Manuel Arce Regalado; UF: MG; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O  
295 Plenário decidiu, por consenso, pela MANUTENÇÃO DO INDEFERIMENTO,  
296 acompanhando o voto do Relator; **11)** Relator: **MS**; Processo: **46094.000217/2016-94**; Nome  
297 do Estrangeiro: Domingos Miguel dos Santos Junqueira; País: Angola; Chamante: Domingos  
298 Miguel dos Santos Junqueira; UF: SC; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O  
299 Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO, acompanhando o voto do Relator; **12)**  
300 Relator: **MDIC**; Processo: **08255.307144/2016-80**; Nome do Estrangeiro: Massimiliano  
301 Fabris; País: Itália; Chamante: Massimiliano Fabris; UF: BA; Tipo de Visto: Permanente;  
302 Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, por colocar em EXIGÊNCIA, acompanhando o  
303 voto do Relator; **13)** Relator: **MDIC**; Processo: **46094.000142/2017-22**; Nome do  
304 Estrangeiro: Ludovica Leone; País: Itália; Chamante: Ludovica Leone; UF: SP; Tipo de  
305 Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, por colocar em  
306 EXIGÊNCIA, acompanhando o voto do Relator; **14)** Relator: **MCTI**; Processo:  
307 **46215.089596/2016-30**; Nome do Estrangeiro: Laurent Michel Gilbert Cocq; País: França;  
308 Chamante: Laurent Michel Gilbert Cocq; UF: RJ; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O  
309 Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO, acompanhando o voto do Relator; **15)**  
310 Relator: **CTB**; Processo: **46094.000158/2017-35**; Nome do Estrangeiro: Alois Josef Gisler;  
311 País: Suíça; Chamante: Alois Josef Gisler; UF: Não Informado; Tipo de Visto: Permanente;  
312 Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pela MANUTENÇÃO DO INDEFERIMENTO,  
313 acompanhando o voto do Relator; **16)** Relator: **CTB**; Processo: **08018.009215/2014-12**;  
314 Nome do Estrangeiro: M Bashar Fatima; País: Síria; Chamante: M Bashar Fatima; UF: RJ;  
315 Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pela  
316 MANUTENÇÃO DO INDEFERIMENTO, acompanhando o voto do Relator; **17)** Relator:  
317 **FS**; Processo: **46094.000036/2017-49**; Nome do Estrangeiro: Adelino Magalhães Bambi;  
318 País: Angola; Chamante: Paulino Bambi; UF: DF; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O  
319 Plenário decidiu, por consenso, pelo INDEFERIMENTO, acompanhando o voto do Relator;  
320 **18)** Relator: **SBPC**; Processo: **46094.000018/2017-67**; Nome do Estrangeiro: Nagham  
321 Baroudi; País: Síria; Chamante: Nagham Baroudi; UF: Não informado; Tipo de Visto:  
322 Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO,  
323 acompanhando o voto do Relator.

324 **PROCESSOS RETIRADOS DE PAUTA:**

325 1) **46094.000119/2017-38;** 2) **46094.000216/2016-40;** 3) **08310.001028/2016-48**  
326 **4) 46094.000042/2017-04;** 5) **46215.005136/2017-48;** 6) **46215.087072/2016-12**  
327 **7)46215.092775/2016-54;** 8) **46215.092776/2016-07;** 7) **46215.008410/2017-31.**

328 Os seguintes processos foram deferidos “*Ad Referendum*”, por cumprimento da **Resolução**  
329 **Normativa 27/98 C/C Resolução Recomendada 08/2006**, e o deferimento foi referendado  
330 pelo Plenário:

331 1) **46094.000155/2017-00.**

332 **ENCERRAMENTO:** Após o relato dos Processos e não havendo nada mais para se tratar, o  
333 **Sr. Presidente Hugo Medeiros Gallo da Silva** agradeceu a presença e a contribuição de  
334 todos, e encerrou a Sexta Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Imigração, do dia oito  
335 do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

336 **Hugo Medeiros Gallo da Silva**  
337 **Ministério do Trabalho**

338 Brasília/DF  
Agosto de 2017